

ANFIP apresenta demandas de associados à Benevix



As principais demandas dos associados relativas ao Plano de Saúde foram apresentadas à Benevix em reunião realizada dia 21/8, na sede da Entidade.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, acompanhado dos vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Maria Beatriz Fernandes Branco (Jurídico), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Luiz Mendes Bezerra (Finanças) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Salarial), juntamente com a coordenadora do Conselho de Representantes, Dulce Lima Willenbring, receberam o diretor Comercial da Benevix, Flávio Cirilo, acompanhado de sua equipe.

Ariovaldo Cirelo apresentou os pontos mais sensíveis referentes ao plano: a rede de atendimento, as faixas de valores e os termos contratuais.

Sobre a rede de atendimento, alguns problemas serão sanados ao longo deste semestre, que é a retomada dos escritórios em São Paulo, Brasília,

Salvador e Manaus. Flávio Cirilo relatou que a reabertura das unidades, que deve ocorrer por etapa até o fim do ano, foi necessária para a melhoria do atendimento aos associados, dependentes e agregados. No Rio de Janeiro, será marcada uma reunião com a Estadual para analisar as demandas do estado.

Sobre os valores, Ariovaldo Cirelo solicitou que a penúltima faixa, que sofre uma elevação brusca em relação às demais, seja revista. O diretor da Benevix informou que vai avaliar este posicionamento junto à Diretoria e dará retorno à Entidade. Flávio adiantou que há em andamento um estudo para unir a massa de usuários de um outro contrato a fim de permitir a queda da idade média do grupo e, desta forma, facilitar a negociação em relação a preços. Sobre o reajuste, o diretor da Benevix esclareceu que ele permanece em janeiro, conforme previsão contratual. A diferença é que, desta vez, com a união dos contratos, será possível negociar um reajuste com impactos menores.

Sobre o contrato, Décio Lopes

reforçou que é preciso rever várias cláusulas, já que os pontos foram repactuados em um outro cenário de negociação, sendo alguns prejudiciais para a ANFIP. Ariovaldo Cirelo solicitou especial atenção neste item. “Não podemos ter a sensação de que vocês podem tudo e a gente fica amarrado. Vocês impõem um aumento e não temos como nos opor. A gente precisa rever esse contrato”, disse, reforçando a importância do diálogo entre as partes. O mesmo diálogo foi defendido pelo presidente da ANFIP. Décio Lopes reafirmou que nada será decidido sem que os três Conselhos sejam consultados.

Flavio Cirilo solicitou que todos os apontamentos contratuais sejam destacados para que possam ser discutidos em diretoria. “Vamos discutir. Se alguns pontos estão no contrato, é porque tem motivo. Mas tudo é para se conversar”, garantiu.

A próxima reunião entre Benevix e ANFIP, já com o andamento dos pleitos levantados no encontro, está previsto para o dia 24 de outubro.

TCU quer saber a fonte de pagamento do Bônus
Página 3

Sistema tributário deve ser redistributivo
Página 3

Defesa da Previdência Social no Senado
Página 4

ANFIP defende a Previdência Social em audiência na CCJ



Em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, defendeu o sistema previdenciário brasileiro e a justiça social. A ANFIP participou da audiência que trata sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019, da reforma da Previdência, dia 21/8.

A PEC promete uma economia estimada em R\$ 933,5 bilhões para a União nos próximos 10 anos, o que é contestado pela Entidade. “O que vemos é o desmonte do sistema previdenciário, a redução de benefícios e, ao mesmo tempo, a redução da arrecadação”, declarou o presidente da ANFIP.

Décio Lopes explicou que a sustentabilidade de um sistema previdenciário envolve financiamento para pagamento de benefícios. “Se verificarmos as Constituições, notamos que desde 1943 já existia um princípio de precedência de custeio para financiar o regime. A partir da Constituição de 1988, a Previdência foi inserida no conceito de Seguridade Social, constituída na forma de um Regime Geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória,

com uma diversidade de fontes de financiamento”.

Segundo ele, por se tratar de um sistema contributivo, deveriam primeiro, numa reforma da Previdência, otimizar a arrecadação. “Se, a partir daí se verificasse a necessidade de financiamento, aí sim, seria promovido um ajuste. Como se fala na Previdência Complementar, lá o custeio é anual, aqui nem cálculo atuarial existe”, afirmou o presidente da ANFIP.

Durante a audiência, Décio Lopes também alertou os senadores sobre os riscos de aprovação do texto da PEC 6/2019. “Estamos enxergando o empurrão da Previdência para a Assistência Social. Se a PEC for aprovada da forma como está, estaremos retrocedendo a 1923. Estaremos caminhando para um estado de miserabilidade”, destacou.

Serviço Público

“A alíquota progressiva imposta na reforma da Previdência é mais uma cassação do servidor público. Vendeu-se para o mercado que o servidor é o maior problema do Estado brasileiro, que é um privilegiado porque tem

paridade e integralidade. Mas somente para os servidores que ingressaram até dezembro de 2003. A paridade e a integralidade já acabaram para quem entrou a partir de janeiro de 2004. O cálculo para a aposentadoria hoje é o mesmo cálculo do RGPS. A previdência do servidor público já está resolvida”, explicou Décio Lopes.

De acordo com ele, não deveria existir nem regra de transição para os servidores públicos. “O servidor tem que ser massacrado em todas as reformas porque recebe um benefício melhor? Mas ele recebe um benefício melhor porque ele paga 11% sobre a totalidade de sua remuneração. Se a reforma for aprovada do jeito que está, o servidor pagará de 14% a 22%”.

Ao finalizar sua participação na audiência, o presidente da ANFIP reiterou a necessidade de se valorizar o sistema previdenciário, atualmente o maior responsável pela sustentabilidade econômica em 70% dos municípios brasileiros. “Esses municípios estariam fadados ao fracasso se não fossem os benefícios da Previdência Social. É preciso valorizar a Previdência, que é o maior patrimônio do trabalhador”.

Estiveram presentes na CCJ o vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, e o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto. Os associados da Entidade, que realizam trabalho parlamentar, também participaram da audiência. São eles: Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (RJ), Beatriz Cristina Lomar (RJ), Carlos José de Castro (GO), Margot Andrade Silva de Alvarenga (MG), Mário Toshio Kon (MG), Marleide Lacerda Franca (SP) e Valdir Francelino do Prado (SP).

Expediente *Linha Direta*

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Indiara Oliveira e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Tiago Kiriki

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arnaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfip_



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Não basta simplificar, é preciso redistribuir a carga tributária



Governo deverá apresentar fonte de pagamento do Bônus



A proposta de Reforma Tributária foi tema de audiência pública dia 20/8, na Subcomissão Especial da Reforma Tributária da Comissão de Finanças e Tributação. O posicionamento da ANFIP em relação à matéria foi apresentado pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado. Também esteve presente o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller.

Durante exposição, Cesar Roxo apresentou a Reforma Tributária Solidária, que propõe um sistema tributário progressivo, com justiça fiscal e que respeite a capacidade contributiva do cidadão. O vice-presidente disse que várias são as razões apontadas para justificar uma reforma tributária (paga-se muitos tributos no país, a carga tributária é uma das maiores do mundo, o sistema tributário é extremamente complexo), todavia, dificilmente ouve-se dizer que deve ser feita uma reforma porque nosso sistema tributário é regressivo e concentrador de renda. “O sistema regressivo aprofunda a concentração de renda existente no país e, ao aprofundar essa concentração, aprofunda as desigualdades sociais”, afirmou.

“Se olharmos a história, vamos verificar que EUA e Europa, a partir da Segunda Guerra, reduziram a desigualdade adotando sistemas progressivos e dedicando-se ao bem-estar social como política de Estado”, acrescentou Cesar Roxo.

Conforme Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em 2018, o Brasil é o nono país mais desigual do mundo. “Apenas oito países da África estão na nossa frente. Na semana passada, foi divulgado que o Brasil vive o ciclo mais longo de aumento da desigualdade, que é medida pelo Índice de Gini”, alertou.

Segundo o vice-presidente da ANFIP,

um sistema tributário justo é aquele em que as pessoas contribuem de acordo com a sua capacidade contributiva. Como nem todas as pessoas têm a mesma capacidade contributiva, é injusto aplicar a mesma carga tributária a todos da mesma forma.

Quais as dificuldades para aplicar a progressividade no sistema tributário?

“Quando vou aplicar a progressividade na pessoa, no caso do Imposto de Renda, é possível. À medida que vai aumentando a renda, aumentam-se as alíquotas. Consigo colocar progressividade na tributação das coisas, dos bens móveis, imóveis e na transferência desses bens,” afirmou Cesar Roxo, referindo-se ao IPTU, ITR, IPVA, ITCMD e ITBI.

O grande problema, segundo ele, é que não se consegue aplicar a progressividade na tributação sobre o consumo de bens e serviços, como ICMS, PIS/Pasep, Cofins, IPI e ISS. “A tributação sobre o consumo é ruim para uma sociedade desigual como a nossa. Por essa razão, visto que é impossível aplicar a progressividade na tributação sobre o consumo, ela deve ser reduzida”, disse.

Outro ponto que Cesar Roxo destacou foi o tamanho da carga tributária brasileira: “será que a carga tributária como um todo, que gira em torno de 32% do PIB, deve ser reduzida? Para responder a essa pergunta temos que saber que tipo de sociedade queremos”. “A carga tributária brasileira não é baixa, mas também não é uma das mais altas do mundo. O problema é que ela é mal distribuída, grande parte dela é sobre o consumo e isso temos que inverter”, explicou o dirigente.

A ANFIP defende uma reforma tributária que não vise apenas a simplificação, mas que busque uma redistribuição da carga tributária para aproximá-la da configuração média da carga tributária dos países da OCDE.

Em sessão plenária realizada dia 21/8, o Tribunal de Contas da União (TCU), seguindo o voto do relator do processo TC nº 05.283/2019-1, ministro Bruno Dantas, decidiu que o Ministério da Economia terá um prazo de 30 dias, prorrogáveis para até 90 dias, para apresentar a regulamentação do Bônus de Eficiência pago aos Auditores Fiscais.

O objetivo é que o governo apresente uma fonte de receita compensatória para a continuidade do pagamento do bônus. Segundo entendimento do TCU, sem apresentar essa contrapartida, o governo estará infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É importante ressaltar que a parcela fixa legal do Bônus de Eficiência vai continuar sendo pago aos servidores.

A sessão plenária foi acompanhada pelos vice-presidentes da ANFIP José Avelino Neto (Assuntos Parlamentares) e José Arinaldo G. Ferreira (Política de Classe e Salarial), pela presidente da ANFIP-RJ, Leila Signorelli, e pelos associados Beatriz Cristina Lomar (RJ), Carlos Castro (GO), Margot Alvarenga (MG), Mário Toshio (MG), Marleide Franca (SP) e Valdir Francelino do Prado (SP).

Gabinetes – No dia 20/8, o presidente Décio Lopes, acompanhado de conselheiros, esteve nos gabinetes dos ministros Raimundo Carreiro, Vital do Rêgo, André Luís de Carvalho, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, para tratar sobre o julgamento. A ANFIP ponderou que a lei estabeleceu uma forma de remuneração com parcela fixa, referente ao vencimento básico, e parcela variável, correspondente ao Bônus. A referida lei estabeleceu que, enquanto não fosse regulamentado o bônus, este deveria ser pago no valor de R\$ 3 mil como forma de antecipação. Estabeleceu ainda que sobre tal parcela remuneratória não incide contribuição previdenciária.

ANFIP presente em debates no Senado



O mês de agosto foi marcado por uma sequência de audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal para debater os vários pontos da reforma da Previdência (PEC 6/2019). A ANFIP esteve na mesa de debates de oito audiências, manifestando em todas elas a contrariedade da Associação em relação aos pontos impostos pela proposta. Confira abaixo o resumo das participações da Entidade.

27/8 - O presidente Décio Bruno Lopes enfatizou que a Previdência Social pressupõe formação de recursos e não diminuição de benefícios, como prevê a PEC 6/2019. Lopes também relatou que a reforma trabalhista, ao alterar a relação de trabalho, também prejudica a Previdência Social, assim como as imposições que dificultam o trabalho da fiscalização. “O problema arrecadatório se agrava neste momento em que se desmoraliza a Receita Federal do Brasil e a fiscalização de uma maneira geral”, argumentou. Ao final, o presidente da ANFIP enfatizou ainda que é necessário que haja supressão das alíquotas progressivas e das contribuições extraordinárias.

23/8 - A velocidade com que se aprovam reformas previdenciárias em detrimento de uma mudança ampla no sistema tributário foi a principal crítica do Auditor Fiscal Gláucio Diniz de Souza, que representou a ANFIP na CDH. “O que me causa espanto é que existe uma velocidade gigantesicamente

diferente quando as pessoas tratam de assuntos previdenciários, onde os maiores impactados são os trabalhadores, e quando tratam sobre reforma tributária, que impacta os empresários”, frisou. Diniz defendeu a importância do debate da reforma tributária, de forma ampla, juntamente com a previdenciária.

21/8 - O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, apontou diversas inconsistências da PEC 6/2019 e revelou as preocupações da ANFIP e dos trabalhadores em geral com a possível “blindagem da reforma”, durante sua tramitação no Senado. Em seu pronunciamento, Romero denunciou as diversas “fake news” que têm sido anunciadas pelos apoiadores da proposta, em particular as que dizem respeito à retirada da desconstitucionalização e da capitalização do texto da PEC e ao combate aos privilégios em razão da aprovação da matéria.

15/8 - “O debate [da reforma da Previdência] é desonesto porque a verdade não é dita. O objetivo real da proposta é reformar o modelo de sociedade pactuado em 1988”, alertou o economista Eduardo Fagnani durante o lançamento do seu livro “Previdência: o debate desonesto”, na CDH, que teve apoio institucional da ANFIP. A PEC, segundo o economista, é apenas uma peça do processo de fim do Estado social.

15/8 - O vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva

Neto, criticou o sistema de capitalização e falou sobre suas consequências. “O governo faz a propaganda de que a capitalização é a solução para o Brasil. Mas, dos 30 países que adotaram esse modelo, 18 já desistiram e mudaram o sistema, pois perceberam que é inviável. A capitalização só serve para o mercado financeiro, não para o trabalhador. Se fosse benéfico ao trabalhador, os chilenos não estariam na situação lamentável que se encontram atualmente”, explicou o vice-presidente da ANFIP.

14/8 - O assessor Vilson Antonio Romero apontou inúmeras inconsistências e algumas inconstitucionalidades que vão desaguar nos tribunais superiores. Romero destacou que o problema da Previdência não são os benefícios previdenciários. “O problema da Previdência são os inúmeros ralos pelos quais escoam os recursos dos aposentados e pensionistas”, frisou, ao alertar que 72% da economia pretendida, de R\$ 933 bilhões, está no Regime Geral de Previdência (RGPS) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC).

12/8 - O assessor Vilson Antonio Romero enfatizou o papel do Senado Federal no processo de análise do texto da reforma da Previdência. “Essa Casa é revisora e não pode simplesmente carimbar o que está vindo da Câmara dos Deputados. Mesmo com a enormidade de incongruências que já foram questionadas, notamos que, lamentavelmente, o trator conservador e neoliberal fez com que se consolidasse a PEC 6/2019, nos termos propostos, inclusive sem levantar maiores questionamentos”, disse. Romero também deixou claro para os participantes que a reforma da Previdência, como a proposta pelo governo, prejudica os servidores públicos.

5/8 - Em sua primeira participação em audiências como presidente da ANFIP, Décio Lopes reafirmou o compromisso da Entidade na defesa da Previdência Social pública e solidária e de um sistema tributário justo. “Não somos contra reforma, mas somos contrários àquela que acaba com a Previdência Social”, afirmou.

Curtas Previdência

ANFIP intensifica trabalho parlamentar



Em mais um dia de trabalho parlamentar, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, esteve dia 13/8 com Roberto Lasserre e Luiz Bassuma, assessores do senador Eduardo Girão (PODE/CE), para apresentar as análises técnicas da entidade sobre os vários pontos prejudiciais da reforma da Previdência (PEC 6/2019). O assessor de Estudos Socioeconômicos da

ANFIP, Vilson Antonio Romero, também participou da reunião. Os principais pontos abordados foram a instituição das alíquotas progressivas da contribuição previdenciária, a possibilidade de alíquotas extraordinárias, as regras de transição, a drástica redução das pensões e a possibilidade de extinção do Regime Próprio dos servidores públicos.

Debate sobre financiamento da Seguridade Social na OAB-RS



O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, debateu as contas públicas e o financiamento da Seguridade Social, dia 23/8, no auditório da Escola Superior da OAB/RS. O evento integrou a programação do Mês da Advocacia,

promovido pela Comissão Especial de Seguridade Social (CESS) da seccional gaúcha da ordem. Vilson Romero criticou a reforma da Previdência, uma vez que o texto apresentado não expõe qualquer medida de gestão e ajuste na Previdência ao lado das fontes de financiamento.

Reunião aprofunda diálogo entre entidades e líderes partidários



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou dia 20/8 de reunião de trabalho com os parlamentares das lideranças de oposição do Senado Federal, juntamente com as centrais sindicais, entidades representativas e movimentos

sociais. Também esteve presente o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero. O objetivo do encontro foi avaliar a conjuntura política e traçar estratégias para amenizar os efeitos da PEC 6/2019.

ANFIP no Observatório de Previdência



A vice-presidente de Assuntos Fiscais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, participou dia 20/8 de reunião do Observatório de Previdência, realizada na Escola Superior do Tribunal de Contas da União (TCU). O encontro avaliou os modelos de projeção atuarial do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos da União. O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, também compareceu ao encontro.

O Observatório de Previdência é uma iniciativa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. A ANFIP participa do projeto, tendo sido indicadas para compor os grupos as vice-presidências de Assuntos da Seguridade Social e de Assuntos Fiscais, ocupadas por Crésio Pereira de Freitas e Eucélia Mergár, respectivamente.

Grupo de trabalho faz reunião preparatória



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto, reuniram-se nos dias 27/8 e 19/8, na sede da Entidade, com o grupo de associados que participou do trabalho parlamentar contra a reforma da Previdência (PEC 6/2019). Os associados percorreram o Senado Federal abordando os parlamentares a fim de entregar o material contra a reforma.

No seu Estado

RJ: 50 anos da ANFIP-RJ



A ANFIP-RJ comemorou, dia 25/7, os 50 anos de sua fundação. A sede social foi cuidadosamente ornamentada para recepcionar os convidados. Ex-presidentes, diretores, funcionários e associados marcaram presença nos salões da Associação, prestigiada por cerca de 180 pessoas.

MG: Torneio de futebol em Varginha



A equipe da Delegacia da Receita Federal de Varginha (MG) sagrou-se campeã do Torneio de Futebol Society em comemoração dos 50 anos da Delegacia, fundada em 1969. A competição foi realizada dia 24/8, no campo do 24º Batalhão da Polícia Militar, no município de Varginha. O evento teve o apoio da ANFIP e ANFIP-MG.

MT: Reunião com associados do Mato Grosso



O vice-presidente de Comunicação Social da ANFIP, Benedito Cerqueira Seba, participou de reunião dia 22/8 com associados da ANFIP-MT, realizada na sede da Receita Federal. Na oportunidade, Seba informou sobre as várias atividades que a ANFIP está engajada, em especial as de interesse da categoria e da sociedade.

SC: Entrevista à rádio Cooperativa Comunicação Sul



O presidente da ANFIP-SC, Antônio Carlos Silveira, e o vice-presidente Floriano José Martins, participaram, no dia 13/8, de entrevista na rádio Cooperativa Comunicação Sul, onde analisaram os diversos pontos da PEC 6/2019. Floriano José fez uma análise da desconstitucionalização da Previdência. Já Antônio Silveira alertou sobre o impacto negativo que terão os municípios.

MG: Seminário discute perda de direitos



A Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social promoveu, no dia 9/8, em BH, o seminário O Servidor Público na PEC 6/2019, ocasião em que foram discutidas as ameaças da reforma da Previdência sobre os direitos dos servidores públicos efetivos. Participou a vice-presidente de Política de Classe da ANFIP-MG, Ilva Franca.

ANFIP-CE debate Previdência



O presidente da ANFIP/CE, Gilson Fernando Ferreira de Menezes, foi um dos palestrantes do seminário sobre a Previdência Social, promovido pelo Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda (Sindifazenda). O evento foi realizado dia 22/8, em Fortaleza (CE).

Conselheiros visitam ANFIP-PR



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente Executivo, Márcio Gheller, estiveram dia 16/8 com o presidente da ANFIP-PR, Josémar Jorge Cecatto, para conhecer as instalações da Regional e discutir assuntos de interesse dos associados, como ações jurídicas e atividades administrativas.

ANFIP-BA elabora estratégias



A Diretoria da ANFIP-BA se reuniu dia 13/8 com o objetivo de criar estratégias e metas para a nova gestão e fazer da associação um local de acessibilidade e interação para os associados, dependentes e convidados. Os diretores pretendem transformar a entidade em um local de entretenimento com excelentes programações e eventos culturais de bastante lazer.

XII Encontro do Nordeste

A ANFIP-PB e as demais Estaduais do Nordeste realizam, no dia 15/11, o XII Encontro do Nordeste dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Será no Hotel Nord Luxxor Tambaú, em João Pessoa. Para passagem aérea, hotel, transfer e passeios, os interessados poderão contactar a empresa Apoio Tur pelo (83) 2106-5000 / (83) 9998-4959 e e-mail eventos@apoiotur.com.br ou pelo site: apoiotur.com.br (link XII Encontro do Nordeste).

ANFIP-PE oferece estrutura na beira da praia



Quer dias de descanso na beira da praia? A ANFIP-PE tem um espaço especial, de fácil acesso, chamado de Colônia de Férias, situada na Praia de Gaibu, no Município de Cabo de Santo Agostinho (PE), a 44km de distância de Recife.

A Colônia está situada em uma área de 1.600m², a apenas 200 metros do mar, com piscina, salão de jogos, churrasqueiras, redário, arborizada, minicampo de futebol, conta com 3 casas e 2 apartamentos, cada um com 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, equipada com cama Box, split, fogão, geladeira, TV,

mesas, cadeiras, microondas e todos utensílios domésticos.

O espaço está aberto a reservas de colegas de todos os Estados. As diárias são cobradas por casa/apartamento, onde podem ser acomodadas seis pessoas, com os seguintes valores: de segunda a quinta-feira: R\$ 100,00 (diária); de sexta a segunda-feira: R\$ 300,00 (pacote); e de sexta a sexta-feira: R\$ 800,00 (pacote).

Os interessados podem entrar em contato com Fabiana, por telefone (81) 3222-0449, whatsapp (81) 99825-3883 ou e-mail anfip-pe@uol.com.br.

Audidores realizam ato público em frente ao STF em defesa da categoria

A ANFIP participou dia 8/8 de ato público em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. O protesto foi realizado contra o afastamento de dois Auditores de suas funções e a suspensão das fiscalizações da Receita Federal. Os Auditores estavam trabalhando numa fiscalização de 133 contribuintes agentes públicos, que, em análise baseada em critérios estritamente técnicos, apresentaram expressivas inconsistências em suas declarações de Imposto de Renda.

Na ocasião, os Auditores Fiscais tentaram entregar ao ministro Alexandre de Moraes um manifesto apontando o inconformismo com as decisões monocráticas do ministro e defendendo a lisura do trabalho da Receita Federal. Durante o ato público foram reforçados os riscos institucionais provocados pelas medidas adotadas pelo STF, inclusive com prejuízos à inserção do Brasil em relevantes foros internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

“A ANFIP estará presente em todos os movimentos que forem em defesa

da categoria, como este agora que vai contra o afastamento de Auditores Fiscais que estavam exercendo suas atividades de acordo com a Lei. Não há nenhuma justificativa plausível para o que ocorreu. A Lei se aplica a todos e quaisquer contribuintes. A ANFIP é solidária em defesa da Receita Federal enquanto entidade autônoma, entidade forte, capaz de exercer as atividades da administração tributária, conforme define a Constituição Federal e própria Lei”, destacou o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes.

O ato, organizado pelo Sindifisco Nacional, contou com a presença dos senadores Major Olímpio (PSL/SP) e Marcos do Val (PPS/ES), e também dos deputados federais Luiz Flávio Gomes (PSB/SP) e Elias Vaz (PSB/GO). Além dos parlamentares, estavam presentes os vice-presidentes da ANFIP, César Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários), José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Salarial), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), Luiz Mendes Bezerra (Finanças), e a presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges.

Benefícios

Planos de Previdência



Você conhece a JUSPREV? É o plano de previdência complementar para membros de Carreiras Jurídicas Públicas e de Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil. Os associados da ANFIP podem ingressar no plano de benefícios previdenciários. Ao aderir, você conta com diversas vantagens, como maior rentabilidade, taxas reduzidas e dedução de até 12% no Imposto de Renda. Uma consultoria personalizada está disponível pelos telefones 0800 052 3434 e (41) 3252 – 3400 ou pelo e-mail consultoria@jusprev.org.br.

Ative seu cadastro



A ANFIP oferece aos seus associados uma rede de convênios e benefícios, o “Anfip tem + Vantagens”, resultado de parceria com a Marktclub. Para usufruir de todos os benefícios, o associado precisa ATIVAR seu cadastro na plataforma exclusiva: anfip.temvantagens.com.br. Ativando até o dia 10/10, o usuário concorre a uma Smart TV Samsung 49”.

Pacote África do Sul



A Maiorca Turismo está com um pacote aéreo + terrestre imperdível para a África do Sul, de 29 de outubro a 4 de novembro. O destino é a famosa região vinícola Stellenbosch, com possui charmosos hotéis rodeados por maravilhosas montanhas. Acesse a plataforma de benefícios e confira os detalhes do pacote.